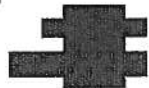




Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EM

31 de Dezembro de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE
VINHAIS

Fernando Peixinho

José Lima

RELATÓRIO ANUAL DO AUDITOR EXTERNO

Ex.^{mos} Deputados da Assembleia Municipal do Município de Vinhais

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vinhais

Ex.^{mos} Senhores Vereadores do Município de Vinhais

Ex.^{mos} Senhores

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea d), do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro e subsidiariamente pelos deveres de acompanhamento, vigilância e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e ainda dos deveres previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas constante do Dec-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal desse Município e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, de acordo com as Normas e Recomendações Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respectiva certificação legal das contas, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

Trabalhos Efetuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão do Município, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável pela contabilidade da Câmara Municipal e também com responsável administrativa e financeira, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.



- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo Município tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do ativo. Verificámos ainda a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e seu anexo e a Demonstração de Resultados por Funções, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais normas contabilísticas aplicáveis.
 - Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - Verificação do cumprimento da Lei dos Compromissos e da manutenção das condições de equilíbrio financeiro;
 - Análise do sistema de controlo interno existente no Município, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, recepção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, cauções e garantias prestadas por terceiros, vendas e prestações de serviços (cobrança de taxas e licenças), expedição e contas a receber, contas de custos com o pessoal tendo sido efetuados os testes de conformidade apropriados.
 - Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
- 2.1- Análise e teste à tesouraria e aos saldos bancários apresentados pelo Município;
- 2.2- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, fornecedores, outros devedores e credores, contencioso, seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
- 2.3- Teste as operações de inventariação física das existências;



- 2.4- Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efetuadas no decurso do exercício, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de amortizações;
- 2.5- Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- 2.6- Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.7- Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- 2.8- Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros;
- 2.9- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços.

Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas

3. Em consequência do trabalho efetuado, e para além dos aspectos referidos na certificação legal das contas, entendemos dever relatar o seguinte:

3.1 Sistema de controlo interno

Do acompanhamento que fizemos quanto à evolução do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) De acordo com o que já referimos em relatórios anteriores, o sistema de controlo interno apresenta, em relação ao controlo dos meios financeiros à disposição do Município, um elevado rigor e uma observância sistemática dos procedimentos de salvaguarda desses ativos, designadamente quanto à apresentação tempestiva dos procedimentos de reconciliação bancária e da tesouraria. No entanto, anotamos o seguinte aspeto que apresenta uma desconformidade em relação ao que deveria ser o funcionamento do sistema de controlo interno na área dos pagamentos:



Os cheques são preenchidos pelo tesoureiro, depois de confirmado o meio de pagamento a adotar, recolhendo-se posteriormente a assinatura do Presidente da Câmara, Vice-presidente ou Vereador com delegação de competências. No nosso entender, o procedimento correcto seria que os cheques fossem emitidos na secção de contabilidade, conjuntamente com a respetiva ordem de pagamento, preferencialmente por pessoa sem acesso informático às contas correntes (apenas consulta), sendo remetidos à tesouraria, para pagamento, após serem devidamente subscritos (assinados) por quem tenha tais competências. Em todo o caso os cheques emitidos ao longo do ano são em número bastante reduzido uma vez que o Município efectua a maioria dos seus pagamentos através de transferência bancária o que reduz significativamente o risco da ocorrência de situações irregulares;

- b) No que se refere às existências e tendo em atenção as verificações efetuadas e alguma informação obtida junto do responsável do armazém, passamos a mencionar alguns aspectos que, a nosso ver, deverão merecer a maior atenção:
- i. Os armazéns (geral, material eléctrico, etc.) deveriam ter uma codificação específica, apesar de se concentrarem todos nas mesmas instalações, de forma a identificar com facilidade a localização dos artigos pretendidos com base nas fichas de inventário;
 - ii. O Código dos artigos deveria ser, em nossa opinião, reformulado em função do código do armazém e da estante em que se encontra;
 - iii. A entrada e o pátio do armazém, local onde se encontram alguns materiais para as obras, deveriam estar fechados (vedados) e com portão. Todavia, tem havido alguma dificuldade em concluir o processo de vedação, uma vez que o caminho público de acesso ao canil passa no recinto do armazém;
 - iv. O fardamento (botas, luvas, vestuário, etc.), que actualmente se encontra no arquivo, deverá estar, em nossa opinião, num dos armazéns;
 - v. Deverá ser criada uma equipa para as contagens físicas, com procedimentos e pessoas diferentes daquelas que diariamente facultam os materiais;
 - vi. Em relação à inventariação física das existências verificámos que as existências em armazém estão sujeitas a inventariação física com base em testes de amostragem com uma periodicidade regular por parte do pessoal de armazém. No final do ano foi, também, realizado um inventário geral de todos os bens em armazém. De notar que o inventário de fim de exercício foi efetuada, apenas, pelo pessoal de armazém com supervisão do seu responsável;



- d) Nos ativos produzidos, construídos ou valorizados por Administração Directa (executados com meios do Município) somente são imputados à sua valorização os consumos de materiais, não lhes sendo imputados os consumos de mão-de-obra, equipamentos e os outros gastos gerais que são suportados. Segundo os responsáveis, enquanto não for implementada a contabilidade analítica é difícil calcular, com fiabilidade, os custos a imputar a cada obra e, por conseguinte, proceder aos devidos registos contabilísticos na rubrica “75 – Trabalhos para a própria entidade”. Tal facto traduz-se numa subavaliação desses ativos e numa idêntica subvalorização do resultado do exercício;
- e) As taras e vasilhames (contentores do lixo) cedidos à empresa concessionária de tratamento e recolha de resíduos sólidos (CESPA) continuam a não constar nas contas do Município, apesar de constituírem um “ativo immobilizado na posse de terceiros” e sujeito a depreciação e desgaste. Não temos conhecimento da existência de contrato para a sua custódia e futura devolução nas condições em que foram cedidos;
- f) Os bens arrendados a terceiros, nomeadamente lojas no mercado, quiosques e restaurantes continuam registados como immobilizado corpóreo, quando, de acordo com a normalização contabilística aplicável ao sector público e, particularmente, às autarquias locais, o reconhecimento desses ativos deverá ser relevado na conta “investimentos financeiros – imóveis”;
- g) A valorização dos bens de domínio público só cobre os bens edificados em data posterior à entrada em vigor do POCAL o que, naturalmente, oculta do ativo do Município todos os bens de domínio público construídos/adquiridos em data anterior à implementação do POCAL no Município de Vinhais (2003);
- h) Para controlo do endividamento, o Município não obtém junto das instituições de crédito em que tem empréstimos contratados os extractos de todas as contas -empréstimo de que é titular, de modo a poder conciliar eventuais desvios entre os registos do banco e os da contabilidade. Para o efeito, apenas é usado o procedimento de actualização de um mapa consoante os documentos para pagamento das prestações vão chegando, com excepção do efetuado no final do ano, altura em que esses documentos são obtidos para a elaboração do orçamento. Somos de opinião que um procedimento regular por parte da contabilidade, de pedir ao banco os extratos dos empréstimos, permitiria um controlo mais eficiente dessas rubricas de financiamentos;
- i) De acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Inventário todos os bens deveriam estar etiquetados, o que não se verifica, pois falta etiquetar os bens do Parque Biológico. Deverá, pois, ser solicitado à secção do património para proceder a esse trabalho;



- j) A rubrica 57.5 – Subsídios continua a incluir, a nosso ver incorrectamente, diversos subsídios (já com particular antiguidade – são anteriores ao início da revisão), que, pela sua natureza, deveriam ser reconhecidos como subsídios ao investimento ou à exploração e, conseqüentemente, noutras rubricas com natureza diferente. Como já ocorria anteriormente, os responsáveis continuam sem efectuar esta regularização com o fundamento de que tais subsídios contêm parte relativa a bens amortizáveis e outra a bens não amortizáveis, o que dificulta efectuar o desdobramento para cada uma das componentes desses subsídios. Somos de opinião que deveria ser feita uma avaliação sobre o tempo decorrido em relação a esses subsídios de modo a se poder aquilatar das condições de regularização de alguns deles para “reservas de investimento”;
- k) Também não se encontra implementada a contabilidade analítica (ou de custos), tal como está prescrito no ponto 2.8.3 do POCAL. A nosso ver tratar-se-ia de um instrumento fundamental para a gestão e também para o controlo da política de taxas a cobrar, já que, por definição, a taxa deve corresponder ao custo efectivamente suportado para a prestação do serviço.

3.2 Definição da Materialidade

O nosso trabalho foi planeado com base na avaliação de um risco global de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global, ou seja, há áreas onde o controlo interno é mais eficaz que outras. Tendo por base os valores retirados das Demonstrações Financeiras de 2014, estimámos a materialidade global em € 269.946 e uma materialidade de execução de € 202.460.

	31-12-2014
Total do Activo Líquido	39.290.231
Fundos Próprios	21.183.324
Volume de Negócios	1.059.647
Receita Cobrada Bruta	11.535.233

3.3 Notas sobre os trabalhos efetuados e respectivas conclusões

1 – Disponibilidades

11 – Caixa

Em relação à tesouraria foram feitos testes de verificação dos saldos das folhas do Caixa e não detetámos qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos analíticos feitos à data a que nos foi possível efectuar esses testes.

SEDE: Rua do Loreto nº 120 – 1.º Sobreloja 5300-189 Bragança - Tel.: 273 324 838 – E-mail: fpeixinho.roc@gmail.com
DELEGAÇÃO: Largo do Desterro Bloco 1, Sobreloja Drt. 5100-093 Lamego – Tel.: 254 656 211 – E-mail: roc@jalima.pt
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 92 – CAPITAL SOCIAL 5.000 EUROS – CONTRIBUINTE N.º 502 525 410
INSCRITA NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS SOB O N.º 2016-1419

Artur's

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 600,06.

12 – Depósitos em Instituições Financeiras

O Município prepara reconciliações bancárias para todas as contas de Depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende a € 1.376.130,24.

Procedemos à circularização de cinco Instituições Bancárias com quem o Município tem operações ativas (BPI, BIC, Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos e Novo Banco), das quais obtivemos a respetiva resposta. Todavia, efetuámos os testes de conformidade e de verificação substantiva das reconciliações bancárias preparadas pelo Município, o que nos permitiu concluir que todas as contas bancárias estão adequadamente conciliadas e que os respetivos itens de reconciliação das contas de D.O. são recentes, ou seja, não existem movimentos de reconciliação pendentes há mais de 6 meses. Procedemos, ainda, ao teste de seguimento dos itens de reconciliação.

Em síntese, temos:

Conta de Razão Nº	Conta Bancária Nº	Banco	Saldo Extracto Banco	Itens de Reconciliação						Diferença	Saldo pelo Razão em 31-12-15
				Empresa			Banco				
				Depósitos e transferências em trânsito	Cheques em trânsito	Débito não lançado no Banco	Crédito não lançado no Banco	Débito não lançado na Contabil.	Crédito não lançado na Contabil.		
121	0010/13663950101	BPI	31.978,12 €							0,00 €	31.978,12 €
122	0079/05428851101	BIC	13.851,57 €							0,00 €	13.851,57 €
122	0079/49909324101	BIC	559,35 €							0,00 €	559,35 €
122	0079/49909324200	BIC	262.500,00 €							0,00 €	262.500,00 €
123	0045/40086518244	CA	18.483,38 €							0,00 €	18.483,38 €
123	0045/44282648315	CA	300.000,00 €							0,00 €	300.000,00 €
124	0035/00000582730	CGD	487.701,96 €					46,73 €	104.659,59 €	0,00 €	383.089,10 €
124	0035/00002661130	CGD	246.341,19 €							0,00 €	246.341,19 €
124	0035/00004401630	CGD	94.072,76 €							0,00 €	94.072,76 €
124	0035/00015279930	CGD	7.537,00 €							0,00 €	7.537,00 €
124	0035/00015879830	CGD	7.500,00 €							0,00 €	7.500,00 €
124	0035/0001519030	CGD	7.537,00 €							0,00 €	7.537,00 €
125	0007/00116654935	Novo Banco	2.680,76 €							0,00 €	2.680,76 €
			1.480.743,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	46,73 €	104.659,59 €	0,00 €	1.376.130,23 €

De referir que a conta 12.2 – BIC, no valor de € 262.500 e a conta 12.3 – C.A., no valor de € 300.000, são referentes a depósitos a prazo.

2 – Terceiros

21 – Clientes, Contribuintes e Utentes

Não obstante os “clientes, contribuintes e utentes” apresentarem um saldo no valor de € 83.861,98 o facto de serem, essencialmente, sujeitos individuais/particulares impossibilitou-nos de procedermos ao teste de circularização de saldos com a extensão necessária para a obtenção da evidência sobre o saldo em dívida. Assim, procedemos à circularização de saldos de, apenas, uma entidade, da qual não obtivemos resposta, como descrevemos no quadro abaixo:

Índice	Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Círc.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	2174/3338	MARIA HELENA SOUSA		-1.285,94 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU

No entanto, efetuámos os procedimentos analíticos às contas correntes dos principais devedores de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada. Acresce que, da análise e avaliação que fizemos ao controlo interno à área dos clientes, ficámos com a convicção que os procedimentos de controlo nos permitem obter uma segurança razoável sobre os valores relevados nessas entidades.

De notar que a rubrica "21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa" apresenta um saldo no valor de € 57.587,68, cujas dívidas são referentes ao consumo de água, e cujos valores não estão provisionados. De acordo com o POCAL, para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de 6 meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, sendo considerado 50% para as dívidas em mora entre os 6 meses e os 12 meses e 100% para as dívidas em mora há mais de 12 meses. Da análise ao mapa de dívidas em tesouraria apurámos o valor de € 55.874,45 referente a dívidas dos exercícios de 2005 a 2015, sendo o valor € 7.129,66 referente a dívidas do exercício de 2015.

22 - Fornecedores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores selecionámos 16 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas circulares a cada uma dessas entidades credoras a solicitar a confirmação do saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Dessas 16 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 10. Dessas, validámos, através da conferência, 7 e foi possível conciliar a conta corrente e o saldo de 3. Para as restantes usámos procedimentos alternativos.

Quadro das entidades circularizadas

Indexação	Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	2211	4800	Audiomatrix	8.137,70 €	8.137,70 €	0,00 €	1	CONFERE
2	2211	4793	Santos - Viagens e Turismo, Lda	1.844,40 €	9.838,80 €	-7.992,40 €	2	CONCILIADO
3	2211	4746	MÁRIO ALGUSTO GOMES GONÇALVES	2.158,80 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
4	2211	4898	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE REBORDELO	3.538,71 €	3.538,71 €	0,00 €	1	CONFERE
5	2211	4467	EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA,	1.856,80 €	9.463,58 €	-7.606,78 €	2	CONCILIADO
6	2211	4232	ig-mailing And Information Security Portugal - Societ	2.059,02 €	2.059,02 €	0,00 €	1	CONFERE
7	2211	4162	TAXIS MAGALHÃES & MAGALHÃES, LDA.	1.969,06 €	1.969,06 €	0,00 €	1	CONFERE
8	2211	1834	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BRVEDOSA	2.352,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
9	2211	1334	SIMULTANEO DE IDEIAS E MÚSICA, PRODUÇÃO DE B	12.082,56 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
10	2211	1312	TAXIS - GUERRERO DE CARVALHO, LDA.	2.873,11 €	2.873,11 €	0,00 €	1	CONFERE
11	2211	666	ARTEGRAFICA BRIGANTINA DE FERNANDO ANTONI	1.519,05 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
12	2211	252	AUTO ALMIRO DE SOCIEDADE UNPESSOAL, LDA.	2.504,90 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
13	2211	218	RODONORTE - TRANSPORTES PORTUGUESES S.A.	5.362,32 €	5.362,32 €	0,00 €	1	CONFERE
14	2211	199	PUBLIDIGI - GONÇALVES & PEREIRA - PUBLICIDADE	4.975,10 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
15	2211	196	AUTO VIAÇÃO DO TAMEGA, LDA.	11.218,88 €	11.218,88 €	0,00 €	1	CONFERE
16	2211	3963	ÁGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO	0,00 €	631.898,04 €	-631.898,04 €	2	CONCILIADO

J. Freitas

Não obstante o saldo do fornecedor “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro” (ATMAD) ser em 31 de Dezembro nulo, verificámos que os valores registados na contabilidade não coincidem com o valor das faturas, devido à aplicação de diferentes preços para o fornecimento de água e tratamento de esgotos. Com efeito, na resposta obtida da ATMAD verifica-se uma diferença entre a contabilidade e a resposta da sociedade ATMAD no valor de € 631.898,04, encontrando-se o passivo subavaliado e por conseguinte sobrevalorizado os fundos patrimoniais no mesmo montante.

Pese embora o Município cumpra o estabelecido na alínea f) do art.º 3 da Lei 8/2012 (Lei dos Compromissos), chamamos atenção para o facto de as faturas supra (ATMAD) não estarem a ser registadas e pagas pela sua totalidade.

23 - Empréstimos obtidos

Procedemos à circularização de saldos das Instituições de Crédito com as quais o Município tem financiamentos em curso (C.G.D e Crédito Agrícola), das quais obtivemos a respetiva confirmação/resposta.

De acordo com os registos contabilísticos verificámos a existência de quatro linhas de crédito (empréstimos bancários de médio e longo prazo) e verificámos, também, a concordância dos registos contabilísticos através da execução de testes de conformidade e substantivos, o que nos permitiu concluir que todas as linhas de crédito têm a situação regularizada, ou seja, cumpridas tempestivamente as obrigações de liquidação do serviço da dívida (amortizações de capital e juros).

No quadro seguinte apresenta-se o resultado das respostas obtidas e do teste de verificação dos empréstimos em curso:

Descrição	Banco	Conta	Saldo em 31-12	Resposta Banco	Difª.
3509270004971190	CGD	2312131	160.536,12 €	160.536,12 €	0,00 €
359015002380391	CGD	2312151	37.652,83 €	37.652,83 €	0,00 €
59039233357	CCAM	2312161	0,00 €	0,00 €	0,00 €
59049571549	CCAM	2312171	1.244.572,59 €	1.244.572,59 €	0,00 €

Neste exercício, verificou-se uma diminuição do saldo em dívida, que passou de € 1.780.890,50, em 31 de Dezembro de 2014, para € 1.442.761,54, em 31 de Dezembro de 2015.

A 31 de Dezembro de 2015, os empréstimos bancários representam 63,42% da dívida total do Município.

De acordo com o mapa enviado pelo Município para DGAL através do portal Autárquico - SIAL (Sistema de Informação Integrado de Autarquias Locais) apresenta uma margem disponível por utilizar de € 2.863.275,00 pese embora apenas poder aumentar a sua dívida orçamental em 20% da margem disponível de acordo com o prescrito na alínea b) do n.º 3 do Art.º 52 da Lei n.º 73/2013.

10



24 - Estado

Esta rubrica inclui todas as relações financeiras que o Município tem com o Estado e Segurança Social, nomeadamente no que concerne à retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Segurança Social, ADSE, CGA).

Da análise efetuada a esta rubrica verificámos que os diversos tributos foram pagos pontualmente e dentro dos prazos estipulados na lei, assim como não detetámos nenhuma divergência entre o valor registado na contabilidade e o valor das guias que serviram de pagamento aos diferentes tributos.

Relativamente à rubrica 24.3 – IVA, verificámos que o balancete apresenta um saldo devedor no valor de € 13.802,02, referente ao reembolso solicitado no 4.º trimestre. O valor referente ao reembolso solicitado no 4.º trimestre deveria ser considerado na rubrica “2438 - reembolsos pedidos” em vez da conta “2437 - Iva a Recuperar”.

Anotamos o facto de não existir evidência sobre os autoconsumos de água, já que não há medição dos mesmos. Apesar de termos o valor das aquisições de água à ATMAD e o valor facturado a Clientes e Utentes o sistema tem sempre perdas, as quais não estão estimadas o que nos limita quanto à formação da opinião sobre o valor do IVA que deveria ser regularizado a favor do Estado.

Relativamente à Seg. Social e Caixa Geral de Aposentações é de salientar que o processamento das contribuições a cargo do Município, com referência a um determinado mês, só é registado na contabilidade no mês seguinte ao que diz respeito. Assim, a 31 de Dezembro, a rubrica 24.5 não reflete os valores de € 32.501,13 da Caixa Geral de Aposentações e € 8.350,24 da Segurança Social. No entanto, estes valores foram considerados na conta 2739 – Outros acréscimos de custos por contrapartida da respetiva conta 645 – Encargos sobre remunerações, uma vez que se trata de custos do exercício de 2015 que irão ser pagos em 2016 o que, no plano substantivo, não implica alterações no total do balanço e dos gastos.

25 – Devedores e Credores pela Execução do Orçamento

Em relação à conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, procedemos à verificação documental baseada numa amostra considerada significativa a processos de despesa, ou seja, o nosso trabalho incidiu na verificação da rubrica 25.2 – Credores pela execução do orçamento. O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere à sua autorização, cabimento e compromisso.

Como foi mencionado na rubrica "22 – Fornecedores", chamamos atenção para o facto de subsistirem divergências entre as contas da sociedade "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro" e as contas do Município, decorrentes de tarifas diferentes e inexistência de registos em consequência de o Município entender não os assumir como válidos, não estando em consonância com alínea f) do art.º 3 da Lei 8/2012 (Lei dos Compromissos).

26 - Outros devedores e credores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de entidades credoras inscritas na rubrica geral de "outros devedores e credores" seleccionámos 24 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos.

Nessa conformidade foram enviadas cartas e foi pedido a cada uma dessas entidades que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 24 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 7. Dessas 7 entidades conferem 2, conciliámos 5 e não responderam 17.

Relativamente às entidades de que não obtivemos resposta utilizámos procedimentos alternativos de auditoria, particularmente procedimentos analíticos aos documentos de suporte dos registos para verificar a concordância dos valores constantes em conta corrente.

Relativamente à conta 268574 – DGAL – Modernização – Agrupamento apresenta um saldo credor de € 49.680,27 de que não nos foi possível obter evidência para podermos ter um nível de segurança razoável sobre o valor constante nos registos.

De acordo com a informação obtida junto da responsável da contabilidade tratou-se de uma candidatura de modernização administrativa elaborada conjuntamente entre os quatro municípios da AMTF e na qual o Município de Vinhais era o coordenador do projeto. Todavia não existe evidência sobre a aplicação do referido subsídio e do tratamento contabilístico subsequente.

Quadro das entidades circularizadas

Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
2611	371	VITOR JOSE SANTAREM DO NASCIMENTO	0,00 €	6 183,82 €	-6 183,82 €	2	CONCLUIDO
2611	379	DOMINGOS JOAQUIM DA SILVA RODRIGUES	6 033,15 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
2611	519	ANTONIO AMBAL MARTINS	0,00 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
2611	783	PLURAL - PLANEAMENTO URBANO REGIONAL E DE TRANS	0,00 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
2611	1834	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BRVEDOSA	0,00 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
2611	3478	PETRA & PINTO, LDA.	9 185,84 €	9 185,84 €	0,00 €	1	CONFERE
2611	4121	INFOVINHIS 2, COMERCIO DE INFORMATICA, LDA.	1 478,00 €	2 265,48 €	-788,48 €	2	CONCLUIDO
2611	4520	ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS LDA.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
2611	4589	MADALENA ISABEL GOMES RODRIGUES SILVA	7 642,48 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
2611	4699	HABNORCESTE - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES LDA	41 566,86 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
26812	519	ANTONIO AMBAL MARTINS	33 347,02 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
26812	539	ANTONIO MANUEL GIL	20 668,22 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
26812	648	CISDouro - CONSTRUÇÕES E OBRAS PUBLICAS, S.A.	18 181,48 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
26812	2666	HIGNÓ PINHEIRO & IRMAO, S. A.	119 882,40 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
26812	2920	CONSTRUÇÕES DA LOMBA UNIPESBOAL, LDA.	23 232,76 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
26812	3507	CONSTRUTORA MIRANDESA, LDA.	21 010,77 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
26812	4174	MANUEL FERNANDO RODRIGUES BARREIRO	18 827,40 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
26812	4291	HERMANOS CASTAÑERAS, S.L.	20 945,17 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
26812	4523	VERTENTABSOLUTA, UNIPESBOAL, LDA	17 336,88 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
26823		FUNDOS COMUNITARIOS	-574 228,78 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU
268574		DGAL - MODERNIZACAO - AGRUPAMENTO	49 680,27 €	0,00 €		5	NAO RESPONDEU

27 - Acréscimos e Diferimentos

Em relação a esta rubrica verificámos todos os procedimentos de especialização de exercícios (custos e proveitos), nomeadamente as suas estimativas e respetiva consistência. O quadro abaixo evidencia o saldo expresso nas diversas rubricas da conta de "acréscimos e diferimentos", assim como a respetiva variação face ao período homólogo:

Rubrica	Descrição	31-12-2014	31-12-2015	Desvio €	Desvio %
27	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	-15.015.953,79	-16.434.607,15	-1.418.653,36	9,4%
271	ACRESCIMOS DE PROVEITOS	142.916,43	184.543,26	41.626,83	29,1%
2711	JUROS A RECEBER	0,00	4.114,91	4.114,91	
2719	OUTROS ACRESCIMOS DE PROVEITOS	142.916,43	180.428,35	37.511,92	26,2%
272	CUSTOS DIFERIDOS	24.468,47	20.713,36	-3.755,11	-15,3%
273	ACRESCIMOS DE CUSTOS	-298.985,92	-448.208,71	-149.221,79	49,9%
2731	SEGUROS A LIQUIDAR	0,00	-40,81	-40,81	
2732	REMUNERACOES A LIQUIDAR	-171.215,34	-155.827,88	15.387,46	-9,0%
2733	JUROS A LIQUIDAR	-5.696,05	-4.479,02	2.217,03	-33,1%
2739	OUTROS ACRESCIMOS DE CUSTOS	-121.075,53	-287.861,00	-166.785,47	137,8%
274	PROVEITOS DIFERIDOS	-14.884.351,77	-16.191.655,06	-1.307.303,29	8,8%
2745	SUBSIDIOS PARA INVESTIMENTOS	-14.881.907,77	-16.187.433,69	-1.305.525,92	8,8%
2749	OUTROS PROVEITOS DIFERIDOS	-2.444,00	-4.221,37	-1.777,37	72,7%

Acréscimos de Proveitos

Esta rubrica apresenta um saldo de € 184.543,26, desagregado em € 4.114,91 referente a juros de depósitos a prazo na CCAM e no BIC, conforme evidenciamos na conta 12 – Depósitos em Instituições Financeiras e, os restantes € 180.428,35 dividem-se da seguinte forma:

1 - A renda de concessão à EDP referente ao 4.º trimestre de 2015	94.230,55 €
2 - Renda anual do Torga (Fatura 142 de 03/02/2015)	19.476,08 €
3 - IMI de Dezembro (D Rec 259 de 21-01-2015)	3.800,00 €
4 - IUC de Dezembro (D Rec 259 de 21-01-2015)	6.600,00 €
5 - IMT de Dezembro (D Rec 259 de 21-01-2015)	2.300,00 €
6 - Direção Floresta	16.820,72 €
7 - Receita de Água, resíduos, taxas disponibilidade, saneamento	36.981,00 €
8 - Juros de mora / compensatorios (D Rec 259 de 21-01-2015)	220,00 €

Custos Diferidos

Esta rubrica inclui a quota-parte do diferimento que é atribuída a este exercício, designadamente no que diz respeito a seguros e outra documentação que abrange este exercício e o seguinte, como por exemplo a renovação de publicações oficiais (Imprensa Nacional Casa da Moeda), e seguros.

Em relação aos seguros testámos vários itens tendo procedido ao cálculo dos valores a especializar. Concluímos pela conformidade dos procedimentos adoptados e pela sua adequada contabilização. Dos documentos analisados não detectámos situações que mereçam qualquer reparo, uma vez que as diferenças de cálculo são irrelevantes (imateriais).

Acréscimos de Custos

Esta rubrica evidencia os custos a imputar ao próprio exercício e cuja despesa só ocorre em 2016, ainda que não tenham documentação vinculativa.

Em relação às remunerações a liquidar, verificámos que o Município apenas estimou o valor referente ao subsídio de férias (€ 231.709,26). Todavia, nós procedemos à estimativa das férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais, o que resultou no valor de € 394.758,68. Tal facto e dada a relativa constância dos custos com o pessoal, não se reflete, de forma materialmente relevante, na expressão do resultado do exercício embora se traduza numa subvalorização do balanço.

Proveitos Diferidos

Esta rubrica inclui o valor de rendas recebidas neste exercício que dizem respeito a Janeiro de 2016 (Renda do Edifício das Finanças) e também os subsídios ao investimento destinados a financiar ativos amortizáveis.

29 - Provisões

Apesar de termos pedido, através do teste de circularização, ao Advogado/Jurista do Município, informação sobre a eventual existência de processos judiciais contra a Câmara, pelo facto de não termos obtido resposta não estamos em condições de nos pronunciar sobre a eventual existência de responsabilidades contingentes não relevadas.



3 - Inventário/Existências

Assistimos às contagens de inventário, as quais ocorreram no final do mês de Dezembro e não detetámos situações de desconformidade nos procedimentos de contagem. Para além disso, , procedemos à comparação dos valores registados na contabilidade com o mapa gerado pela aplicação do aprovisionamento, designadamente o mapa que fornece informação sobre as existências finais, por conta e por artigo. Dessa análise não detetámos distorções materialmente relevantes, pelo que damos como verificada a asserção mensuração referente à valorização relevada.

De notar que os valores mais representativos do stock dizem respeito a materiais destinados às obras que são executadas por administração direta do Município.

Do teste efetuado ao corte de operações às compras (entradas em armazém) e dos testes ao inventário, que no Balanço apresenta um saldo de € 76.094,33, não detetámos distorções materialmente relevantes.

4 - Imobilizado

41 – Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2015 esta rubrica registou os seguintes movimentos:

- Aumentos no valor de € 695.857,43 sendo € 675.457,43 referente à subscrição do FAM (Fundo de Apoio Municipal) de acordo com o nº4 do art.º 17 da Lei 53/2014, de 25 de Agosto, que deveria ter ocorrido no exercício de 2014 e € 20.400,00 referente a aquisição de quotas na sociedade Carne de Vinhais, Lda após visto do Tribunal de Contas datado de 07-10-2015 que passará a ter o Estatuto de empresa do sector local por o Município deter a maioria do capital e dos direitos de voto;
- Diminuições de € 50.000,00, referente à dissolução da sociedade Turimontesinho, EM, pese embora, tenha ocorrido em 9 de Julho de 2014.

Antunes



Investimentos Financeiros
Resumo do movimento Anual

Nº	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
				Aumentos	Abates	Transferênc.	
411	Partes de Capital		400.537,96 €	695.857,43 €	50.000,00 €	0,00 €	1.046.395,39 €
4111	Associações de Municípios		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4112	Empresas Municipais e Intermunicipais		100.000,00 €	20.400,00 €	50.000,00 €	39.760,97 €	110.160,97 €
	- PRORURIS, EM e Turimontesinho, EM		100.000,00 €	0,00 €	50.000,00 €	0,00 €	50.000,00 €
	- Carnes de Vinhais		0,00 €	20.400,00 €	0,00 €	39.760,97 €	60.160,97 €
4113	Empresas Privadas ou Cooperativas		300.537,96 €	0,00 €	0,00 €	-39.760,97 €	260.776,99 €
	- Aguas de Tras-os-Montes e Alto Douro		148.861,48 €	0,00 €			148.861,48 €
	- Penog, S.A.		2.000,00 €	0,00 €			2.000,00 €
	- Cacovin - Agroindustria, Lda		39.915,51 €	0,00 €			39.915,51 €
	- Ecolignum		70.000,00 €	0,00 €			70.000,00 €
	- Carnes de Vinhais		39.760,97 €	0,00 €		-39.760,97 €	0,00 €
412	Obrigações e títulos de participação		0,00 €	675.457,43 €	0,00 €	0,00 €	675.457,43 €
	- Fundo de Apoio Municipal		0,00 €	675.457,43 €			675.457,43 €
			400.537,96 €	1.371.314,86 €	50.000,00 €	0,00 €	1.721.852,82 €

Relativamente a esta rubrica, anotamos as seguintes situações:

- a) A entidade mantém os bens arrendados a terceiros (casas, lojas no mercado, quiosques, restaurante), registados no imobilizado corpóreo, à exceção de um bairro social que ainda não foi objeto de qualquer registo por falta de avaliação. Ora, de acordo com a normalização contabilística portuguesa e, designadamente o POCAL, tal situação tem implicações ao nível do reconhecimento desses ativos, que deverão ser relevados como um investimento financeiro e as despesas com a sua manutenção e conservação deverão ser imputadas a custos financeiros tal como os proveitos decorrentes das rendas recebidas;
- Penog S.A., detetámos uma divergência de € 500,00. De referir que não conseguimos verificar a participação através da certidão permanente, uma vez que as ações são ao portador e, aos Municípios está vedada a possibilidade de deterem ações ao portador).
 - De acordo com a resposta obtida da instituição bancária Caixa Geral de Depósitos, o Município tem obrigações há mais de 1 (um) ano que, à data de 31 de Dezembro, apresentam um saldo de € 10,90 e que não se encontram relevadas na contabilidade.



42- Imobilizado Corpóreo

Em relação ao imobilizado corpóreo verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções de imobilizado.

Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como verificadas as asserções mensuração e plenitude.

Imobilizado Corpóreo Resumo do movimento Anual

N.º	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
				Aumentos	Alienações	Transferênc. e Abates	
421	Terrenos e Recursos Naturais		114.106,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	114.106,13 €
422	Edifícios e O.Construções		10.769.720,86 €	11.664,40 €	0,00 €	0,00 €	10.781.385,26 €
423	Equipamento Básico		1.941.733,92 €	50.708,57 €	0,00 €	0,00 €	1.992.442,49 €
424	Equipamento de Transporte		1.272.710,67 €	26.228,04 €	0,00 €	0,00 €	1.298.938,71 €
425	Ferramentas e Utensílios		544.257,24 €	9.920,65 €	0,00 €	0,00 €	554.177,89 €
426	Equipamento Administrativo		1.128.206,55 €	5.204,18 €	0,00 €	0,00 €	1.133.410,73 €
427	Taras e Vasilhames		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras Imob. Corpóreas		602.079,15 €	211.484,24 €	0,00 €	0,00 €	813.563,39 €
			16.372.814,52 €	315.210,09 €	0,00 €	0,00 €	16.688.024,61 €
	Mapas de Amortizações						
	Valor verificado :			287.100,05 €	0,00 €	0,00 €	
				91%	#DIV/0!	#DIV/0!	

Relativamente a esta rubrica anotamos o facto de o Município ter cedido contentores (vasilhame) à empresa RESIN (actual CESPA) que não se encontram relevados na contabilidade, ou seja, imobilizado em poder de terceiros que não se encontra valorizado, apesar de os seus valores não serem materialmente relevantes.

43- Imobilizado Incorpóreo

Relativamente ao Imobilizado Incorpóreo, não se verificou nenhum registo contabilístico, ou seja, o saldo apresentado deriva do saldo de abertura sendo referente à patente (registo da marca) da Feira do Fumeiro. Chamamos a atenção para o facto de tal patente, bem como a sua renovação, não poder ser reconhecida como um ativo na medida em que não foi objeto de qualquer aquisição e, por esse facto, não cumprir com as condições de ativo, ou seja, as despesas incorridas são um custo devendo, por isso, ser regularizado esse valor.

Imobilizado Incorpóreo
Resumo do movimento Anual

Nº	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Reavaliação (se aplicável)	Saldo Razão em 31-12-2015
				Aumentos	Abates	Transferênc.		
431	Despesas de instalação		0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €
432	Despesas de Invest. e desenv.		0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos		2.007,10 €	0,00 €	0,00 €			2.007,10 €
			2.007,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.007,10 €

44 - Imobilizado em Curso

Imobilizado Em Curso
Resumo do movimento Anual

Nº	Conta do Razão Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
				Aumentos	Abates	Transferênc.	
441	Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442	Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas		2.464.814,53	949.863,49	0,00	-216.148,64	3.198.529,38
443	Imobilizações em Curso de Imobilizações Incorpóreas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público		1.883.097,70	853.736,03	0,00	-1.780.123,52	956.710,21
			4.347.912,23	1.803.599,52	0,00	-1.996.272,16	4.155.239,59
	Valor verificado :			1.540.333,01		-1.803.833,81	
				85%		90%	

Os movimentos ocorridos, no decurso do ano de 2015 no “Imobilizado em Curso” têm por base a realização de obras e a transferência para Imobilizado Corpóreo, com base nos autos de receção provisória. Dos testes realizados estamos em condições de dar por verificadas as asserções plenitude e mensuração.

45 – Bens de Domínio Publico

Os aumentos registados na conta “45 – Bens de Domínio Publico” derivam da transferência de obras em curso para a respetiva conta de Bens de Domínio Publico, de acordo com o auto de receção provisório.



Bens de Domínio Público
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão N.º	Descrição	Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2014	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
				Aumentos	Abates	Transferênc.	
451	Terrenos e Recursos Naturais		928.149,36	0,00	0,00	0,00	928.149,36
452	Edifícios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras Construções e infra-Estruturas		40.183.621,04	1.780.123,52	0,00	0,00	41.963.744,56
455	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros Bens de Domínio Público		58.887,96	0,00	0,00	0,00	58.887,96
			41.170.658,36	1.780.123,52	0,00	0,00	42.950.781,88
	Valor verificado :			1.560.771,38			
				88%			

O Município ainda não procedeu à valorização dos bens de domínio público tornando-se impossível efetuar a estimativa sobre o valor global desses bens. Todavia, a sua não relevação na informação financeira implica uma subvalorização do património pertença do Município de Vinhais, como já referimos em anos anteriores. Recomendamos que, com a maior brevidade, se proceda à inventariação e valorização dos bens de domínio público.

Valorimetria adotada

Como já havíamos referido, a valorimetria adotada para a generalidade dos ativos imobilizados é a do custo de aquisição. No entanto, no que se refere aos bens produzidos (construídos) por administração direta, detetámos que o processo de imputação de custos apresenta insuficiências para efeitos da valorização integral dos ativos, uma vez que só incorpora as matérias-primas consumidas.

Assim, existe ao nível do armazém uma guia de requisição do material destinado a cada obra, não sendo, contudo, imputados os custos com o pessoal, amortização de máquinas e viaturas que são propriedade da autarquia, consumíveis e outros gastos gerais relacionados com a obra, ou seja, esses custos não imputados pelo Município são reconhecidos como custo do período não sendo reconhecida a respectiva contrapartida da indispensável capitalização dos mesmos na construção do ativo e, como "Trabalhos para a Própria Entidade". Daí que tal situação produza uma infra valorização dos ativos e, concomitantemente, uma subvalorização do património líquido e do resultado do exercício.

Por insuficiência documental e indisponibilidade do pessoal não nos foi possível efetuar um levantamento das obras realizadas por administração directa desde o ano 2002 (data de entrada em vigor do POCAL) até à presente data por nos ter sido manifestamente impossível aferir, com fiabilidade, os custos suportados pela Câmara, relacionados com cada obra, e que lhe não hajam sido imputados, para efeitos da relevação do seu valor contabilístico e patrimonial.

48 - Amortizações

Procedemos à realização do teste às amortizações do exercício realizando o cruzamento dos dados da aplicação POCAL com os da aplicação do Património. Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de amortização e, conseqüentemente, à amortização do período não verificamos qualquer distorção de expressão material relevante.

Da análise ao mapa de amortizações extraído da aplicação de património, verificámos que o inventário nº 10885 "Terreno da Cerca do Seminário" consta com uma amortização acumulada de € 90.000,00, não estando em conformidade com a legislação aplicável relativa às amortizações (CIBE).

5 - Fundos Próprios

As rubricas "51 – Património" e "57 – Reservas" mantêm-se inalteradas desde Dezembro de 2014. No que respeita à rubrica "59 – Resultados Transitados", verificámos a aplicação do resultado líquido do exercício de 2014 no montante de € 227.609,21, bem como o reconhecimento de custos de períodos anteriores a 2015 no montante de € 157.807,84.

O quadro abaixo evidencia os movimentos ocorridos, em 2015, nas contas da classe 5 – Fundos Próprios

Rubrica	Descrição	31-12-2013	31-12-2014	Desvio €	Desvio %
5	FUNDOS PROPRIOS	-21 943 900,68	-21 410 933,36	532 967,32	-2,4%
51	PATRIMONIO	-23 661 493,86	-23 661 493,86	0,00	0,0%
57	RESERVAS	-2 965 366,33	-2 965 366,33	0,00	0,0%
571	RESERVAS LEGAIS	-2 743 421,29	-2 743 421,29	0,00	0,0%
575	SUBSIDIOS	-214 385,77	-214 385,77	0,00	0,0%
59	RESULTADOS TRANSITADOS	4 682 959,51	5 215 926,83	532 967,32	11,4%

Em relação à rubrica "57.5 – Subsídios" verificámos que continua a incluir, a nosso ver incorretamente, diversos subsídios que vêm sendo mencionados em relatórios anteriores e que, pela sua natureza, deveriam ter sido reconhecidos como subsídios de investimentos ou à exploração, consoante a



sua natureza e aplicação, ou, simplesmente, como um fluxo financeiro, através de uma conta de terceiros se destinados a outras entidades. Em síntese, esta rubrica encontra-se sobrevalorizada em € 183.267,58 (Estudo e Projecto para instalação do Parque Biológico, Elaboração do mapa de ruídos, Educar inovando, Espaço internet e Prodep III), pese embora não se reflecta em alterações no fundo patrimonial, já que os subsídios, dada a sua maturidade, já teriam sido reconhecidos como resultados.

Em 2010 foi levado a esta rubrica o subsídio designado de “Vias Augustas” no valor de € 38.677,46. Trata-se de um subsídio muito antigo e o qual tinha como finalidade trabalhos arqueológicos em alguns caminhos.

Do que conseguimos apurar o subsídio “Educar Inovando” destina-se à aquisição de equipamento e *software* (aplicações informáticas) para os Jardins de Infância, o subsídio “Prodep III” destinava-se ao apetrechamento informático de escolas, ligação à internet e intranet e à aquisição de conteúdos multimédia educativos para as escolas do 1.º Ciclo. Assim sendo, estes subsídios deveriam estar classificados na rubrica 2745 – Subsídios para o investimento de modo a serem adequadamente especializados.

6 – Custos e proveitos

61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS	365.266,39	290.004,59	-75.261,80	-20,60%
616	Materias-primas, subsidiarias e de consumo	365.266,39	290.004,59	-75.261,80	-20,60%
6161	MATERIAS-PRIMAS	120.564,67	79.846,89	-40.717,78	-33,77%
6162	MATERIAS SUBSIDIARIAS	54.712,24	49.317,05	-5.395,19	-9,86%
6163	MATERIAIS DIVERSOS	189.989,48	160.840,65	-29.148,83	-15,34%

2. Trabalho Efetuado

Verificámos a decomposição do saldo, procedemos à respectiva revisão analítica e tomámos em consideração o teste realizado ao corte de operações.

3. Situações Detetadas

Das verificações efetuadas concluímos que os valores constantes nesta rubrica advêm dos materiais consumidos nas obras por administração directa, incluindo as que são solicitadas pelos munícipes e sujeitas a taxas (pagamento de ramais, ligações de águas, saneamento, etc.). Em síntese, esta rubrica engloba os materiais consumidos nas obras realizadas com o pessoal da autarquia (obras por administração directa e aos munícipes).



62 – Fornecimentos e Serviços Externos

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	3.005.482,56	3.177.081,71	171.599,15	5,71%
622	Fornecimentos e serviços externos	3.005.482,56	3.177.081,71	171.599,15	5,71%
62211	ELECTRICIDADE	630.811,43	750.796,67	119.985,24	19,02%
62212	Combustíveis	180.631,99	158.920,35	-21.711,64	-12,02%
62213	Água	181.913,04	225.900,06	43.987,02	24,18%
62214	OUTROS FLUIDOS	62.728,18	39.529,07	-23.199,11	-36,98%
62215	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁPIDO	7.429,77	1.650,04	-5.779,73	-77,79%
62216	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	12.520,68	11.991,96	-528,72	-4,22%
62217	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	21.875,03	26.880,83	5.005,80	22,88%
62218	ARTIGOS PARA OPERTA	17.600,85	12.948,46	-4.652,39	-26,43%
62219	RENDAS E ALUGUERES	60.551,23	40.866,73	-19.684,50	-32,51%
62220	ALIMENTAÇÃO/NAO SERVIDORES	110.059,09	104.657,99	-5.401,10	-4,91%
62221	DESPESES DE REPRESENTAÇÃO	5.713,58	7.356,75	1.643,17	28,76%
62222	COMUNICAÇÃO	83.972,34	96.079,98	12.107,64	14,42%
62223	SEGUROS	30.799,10	33.358,96	2.559,86	8,31%
62227	DESLOCAMENTOS E ESTADAS	15.627,37	17.179,97	1.552,60	9,94%
62229	HONORÁRIOS	106.966,05	121.816,90	14.850,85	13,88%
62230	TRANSPORTES	414.285,59	384.875,56	-29.410,03	-7,10%
62231	CONTENCIOSO E NOTARIADO	6.630,40	4.713,29	-1.917,11	-28,91%
62232	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	15.153,89	11.008,27	-4.145,62	-27,36%
62233	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	75.549,53	85.595,27	10.045,74	13,30%
62234	LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	15.666,70	12.200,44	-3.466,26	-22,13%
62235	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	1.280,07	564,18	-715,89	-55,93%
62236	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	541.312,20	617.838,94	76.526,74	14,14%
62237	FORMAÇÃO	1.944,25	2.561,00	616,75	31,72%
62290	ENCARGOS DE COBRANÇA	16.305,21	16.516,95	211,74	1,30%
62298	Outros fornecimentos e serviços	388.154,99	391.273,09	3.118,10	0,80%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias.

4. Situações Detetadas

Da análise ao quadro anterior podemos verificar que a rubrica “fornecimentos e serviços externos” registou um aumento no montante de € 171.599,15, ou seja, 5,71%. Assim, passamos a descrever as rubricas que registaram maior variação, assim como as que contribuíram, desfavoravelmente, para este aumento de custos:

- 62211 – Eletricidade, registou um aumento no valor de € 119.985,24, devendo-se ao aumento de pontos de luz nas ruas, edifícios e, à especialização das faturas referentes a dezembro;
- 62213 – Água, registou um acréscimo no montante de € 43.987,02 devendo-se essencialmente à especialização das faturas referentes a dezembro;
- 62236 – Trabalhos Especializados, registou um acréscimo no valor de € 76.526,74 (14,14%) devendo-se essencialmente à especialização das faturas referentes a dezembro.



Como mencionado na rubrica "22 – Fornecedores", verificámos faturas da sociedade "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro" (ATMAD), cujo valor de registo na contabilidade não coincide com o valor das faturas, devido à aplicação de diferentes preços para o fornecimento de água e tratamento de esgotos.

63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
63	TRANSFER. E SUBCIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	1.321.728,89	1.469.376,72	147.647,83	11,17%
631	Transferências correntes concedidas	921.458,97	1.061.217,39	139.758,42	15,17%
6311	Administrações públicas	456.831,22	533.546,63	76.715,41	16,79%
6312	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS	101.385,00	111.057,00	9.672,00	9,54%
6313	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	363.242,75	394.494,28	31.251,53	8,60%
6316	TRANSFERENCIAS CORRENTES CONCEDIDAS	0,00	22.119,48	22.119,48	
632	Subsídios correntes concedidos	270.000,00	270.000,00	0,00	0,00%
6321	EMPRESAS MUNICIPAIS	270.000,00	270.000,00	0,00	0,00%
633	PRESTACOES SOCIAIS	130.269,92	138.159,33	7.889,41	6,06%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Situações Detetadas

Esta rubrica registou um acréscimo no valor de € 147.647,83, ou seja, 11,17%, devido ao aumento das transferências correntes e prestações sociais concedidas.

64 – Custos com Pessoal

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios €)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
64	CUSTOS COM O PESSOAL	3.353.273,85	3.179.212,59	-174.061,26	-5,19%
641	REMUNERACOES DOS MEMBROS DOS ORGAOS AUTARQUICOS	155.576,35	145.008,63	-10.567,72	-6,79%
642	REMUNERACOES DO PESSOAL	2.460.444,98	2.330.534,57	-129.910,41	-5,28%
6421	REMUNERACOES BASE DO PESSOAL	2.145.144,65	2.029.992,58	-115.152,07	-5,37%
6422	SUPLEMENTOS DE REMUNERACOES	297.839,59	287.361,02	-10.478,57	-3,52%
6423	Prestacoes sociais directas	17.460,74	13.180,97	-4.279,77	-24,51%
643	PENSOES	3.149,74	2.395,84	-753,90	-23,94%
644	PENSOES A CARGO DA CAMARA	11.634,85	12.795,34	1.160,49	9,97%
645	Encargos sobre renumeracoes	550.584,13	532.577,68	-18.006,45	-3,27%
6452	SEGURANCA SOCIAL DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS - CGA	443.544,80	433.663,07	-9.881,73	-2,23%
6453	SEGURANCA SOCIAL - REGIME GERAL	107.039,33	98.914,61	-8.124,72	-7,59%
646	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO/DOENCAS PROFISSI.	29.417,86	29.212,94	-204,92	-0,70%
648	Outros custos com pessoal	142.465,94	126.687,59	-15.778,35	-11,08%
6481	DESPESAS DE SAUDE	134.885,62	112.963,61	-21.922,01	-16,25%
6482	SEGUROS DE SAUDE	4.156,27	4.139,27	-17,00	-0,41%
6489	Outros	3.424,05	9.584,71	6.160,66	179,92%



2. Trabalho Efetuado

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os custos com o pessoal, designadamente a verificação do processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar opinião sobre a adequação do sistema de controlo interno nesta área e avaliar a razoabilidade do saldo relevado pela contabilidade. Verificámos, também, o cumprimento, ou não, das operações de especialização de exercício.

3. Situações Detetadas

Para além de pequenos desvios e algumas pequenas alterações em relação à conformidade dos registos efetuados, não detetámos quaisquer situações dignas de registo, pelo que verificamos o cumprimento da asserção da mensuração.

Verificámos o cumprimento das reduções remuneratórias decorrentes da aplicação da Lei do Orçamento de 2014 (art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro), conjugada com a Lei n.º 75/2014 de 12 de Setembro, não tendo sido detetada qualquer anomalia suscetível de anotação.

Não foi feita a especialização das férias e respectivos encargos por os mesmos serem reconhecidos no próprio ano.

Através da análise efetuada verificámos que em relação ao período homólogo de 2014, os custos com o pessoal sofreram um decréscimo de 11,17%, o que corresponde a €147.647,83.

Somos da opinião, que deveriam ser criadas, na contabilidade patrimonial, contas específicas para o registo do subsídio de natal e subsídio de férias.

65 – Outros Custos e Perdas Operacionais

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	82.414,20	80.348,90	-2.065,30	-2,51%
651	Impostos e taxas	23.956,93	18.948,89	-5.008,04	-20,90%
652	QUOTIZACOES	51.386,68	59.410,01	8.023,33	15,61%
658	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	7.070,59	1.990,00	-5.080,59	-71,86%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.



3. Situações Detetadas

Da análise documental efetuada não detetámos qualquer situação suscetível de anotação.

66 – Amortizações do Exercício

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
66	AMORTIZACOES DO EXERCICIO	1.833.958,50	1.877.206,86	43.248,36	2,36%
662	Imobilizacoes corporeas	430.375,38	460.540,41	30.165,03	7,01%
6622	Edificios e outras construcoes	157.433,86	205.429,75	47.995,89	30,49%
6623	EQUIPAMENTO BASICO	100.640,66	93.327,92	-7.312,74	-7,27%
6624	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	67.490,85	44.097,28	-23.393,57	-34,66%
6625	FERRAMENTAS E UTENSILIOS	30.694,71	30.741,83	47,12	0,15%
6626	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	54.439,01	48.539,12	-5.899,89	-10,84%
6628	OUTRAS IMOBILIZACOES CORPOREAS	19.676,29	38.404,51	18.728,22	95,18%
663	Imobilizacoes Incorporeas	50,18	200,71	150,53	299,98%
665	Bens de dominio publico	1.403.532,94	1.416.465,74	12.932,80	0,92%
6653	Outras construcoes e Infraestruturas	1.400.106,44	1.413.039,24	12.932,80	0,92%
6659	Outros bens de dominio publico	3.426,50	3.426,50	0,00	0,00%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste ao cálculo das amortizações do exercício, tendo por base uma amostra representativa, e, bem assim, à comparação do mapa das amortizações gerado pela aplicação do património com os valores constantes na contabilidade.

3. Situações Detetadas

Dos testes realizados não detetámos qualquer distorção que coloque em causa a asserção mensuração no âmbito da política contabilística da consistência. O aumento registado face ao período homólogo justifica-se pela passagem de imobilizações em curso para Imobilizações Corpóreas e Bens do Domínio Público.

68 – Custos e Perdas Financeiras

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	35.127,57	73.256,16	38.128,59	108,54%
681	Juros suportados	27.717,77	20.142,26	-7.575,51	-27,33%
682	Perdas em entidades participadas	0,00	50.000,00	50.000,00	
688	Outros custos e perdas financeiros	7.409,80	3.113,90	-4.295,90	-57,98%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste que nos permitiu relacionar os juros suportados com os empréstimos bancários obtidos, tendo cruzado a base de incidência dos financiamentos com a taxa de juro contratualizada. Verificámos, ainda, a sustentação das principais rubricas através da análise documental.



3. Situações Detetadas

Esta rubrica registou um aumento no valor de € 38.128,59 face a Dezembro de 2014, explicado, essencialmente, pelo facto de apenas no exercício de 2015 o município ter contabilizado a dissolução da sociedade Turimontesinho, EM pese embora, a data da escritura da dissolução seja de 9 de Julho de 2014, pelo que deveria ter relevado os encargos suportados em Resultados Transitados.

Dos testes efetuados aos empréstimos permitiu-nos aferir a razoabilidade dos valores relevados no balanço e na demonstração dos resultados.

69 – Custos e Perdas Extraordinárias

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	995.378,99	1.061.515,87	66.136,88	6,64%
691	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	894.284,77	968.841,02	74.556,25	8,34%
6911	Administrações Públicas	589.284,77	692.691,02	103.406,25	17,55%
6913	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	305.000,00	276.150,00	-28.850,00	-9,46%
693	Perdas em existencia	1.734,06	188,18	-1.545,88	-89,15%
694	Perdas em imobilizacoes	427,50	0,00	-427,50	-100,00%
695	Multas e Penalidades	727,50	910,00	182,50	25,09%
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	90.989,53	73.439,86	-17.549,67	-19,29%
698	Outros custos e perdas extraordinarios	7.215,63	18.136,81	10.921,18	151,35%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de custos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Situações Detetadas

Esta rubrica registou um aumento no valor de € 66.136,88 (6,64%). A rubrica mais representativa e que mais contribuiu para o aumento registado foi a de “transferências de capital concedidas – administrações públicas”, com um aumento de € 103.406,25 (17,55%), integrando estas rubrica as transferências de capital para as freguesias.

**7 – Proveitos e Ganhos****71 – Vendas e Prestação de Serviços****1. Conteúdo**

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
71	VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS	-312.575,56	-343.474,07	-30.898,51	10%
711	VENDAS	-150.297,16	-167.580,62	-17.283,46	11%
7111	MERCADORIAS	-1.471,43	-272,64	1.198,79	-81%
7112	PRODUTOS ACABADOS E INTERMEDIOS	-148.720,04	-165.297,57	-16.577,53	11%
7113	SUBPRODUTOS DESPERDICIOS RESIDUOS E REFUGOS	-105,69	-2.010,41	-1.904,72	1802%
712	PRESTACOES DE SERVICOS	-162.278,40	-175.893,45	-13.615,05	8%
7121	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	-5.725,09	-3.439,06	2.286,03	-40%
7122	CEMITERIOS	-172,36	-389,28	-216,92	126%
7123	MERCADOS E FEIRAS	-12.517,60	-18.311,75	-5.794,15	46%
7124	INATALACOES, DESPORTIVAS CULTURAIS E RECREATIVAS	-30.287,68	-29.416,37	871,31	-3%
7126	SANEAMENTO	-8.026,93	-6.436,53	1.590,40	-20%
7127	RESIDUOS SOLIDOS	-105.548,74	-117.900,46	-12.351,72	12%

2. Trabalho efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade às vendas e prestação de serviços e à análise substantiva do conteúdo e extensão dessas contas e dos saldos relevados. Para tanto efetuámos também o teste ao corte de operações. Verificámos, de entre outros, as variações ocorridas nos principais elementos destas rubricas através da análise documental. Com relação ao teste ao corte de operações verificámos o cumprimento da especialização dos exercícios.

3. Situações Detetados

Esta rubrica registou um decréscimo no valor de € 30.898,51, o que corresponde a 10%.

Dos testes realizados não detetámos nenhuma situação relevante que possa requerer ajustamentos aos valores registados, pelo que damos como verificada a asserção mensuração e existência.

72 – Impostos e Taxas**1. Conteúdo**

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
72	IMPOSTOS E TAXAS	-747.071,92	-757.071,34	-9.999,42	1%
721	IMPOSTOS DIRECTOS	-670.011,95	-671.225,09	-1.213,14	0%
722	IMPOSTOS INDIRECTOS	-17.138,58	-18.120,56	-981,98	6%
724	TAXAS	-61.841,08	-69.273,71	-7.432,63	12%
725	REEMBOLSOS E RESTITUICOES	1.919,69	1.548,02	-371,67	-19%



2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste de conformidade a algumas taxas cobradas e à verificação das variações ocorridas nas principais rubricas através da análise documental e tendo em conta procedimentos alternativos utilizados. Verificámos o cumprimento do princípio contabilístico da especialização dos proveitos referentes a esta rubrica (IMI, IUC e IMT).

3. Situações Detetadas

O aumento registado nesta rubrica, no montante de € 9.999,42 (1%), deveu-se, essencialmente, ao cumprimento do princípio da especialização, ou seja, foi reconhecido o proveito em 2015 de facturação a emitir em janeiro de 2016.

73 – Proveitos Suplementares

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	-28.231,00	-25.732,07	2.498,93	-9%
739	OUTRAS RECEITAS	-28.231,00	-25.732,07	2.498,93	-9%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas através da análise documental e à respetiva revisão analítica.

3. Situações Detetadas

Da análise efetuada não detetámos situações que mereçam qualquer reparo.

Esta rubrica inclui as receitas provenientes de donativos recebido na âmbito da Feira do Fumeiro, indemnização por estragos no parque verde pelo fogo de artifício (Festas da Vila), entre outras.

74 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
74	TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS CORRENTES OBTIDOS	-8.619.293,07	-9.007.365,17	-388.072,10	5%
7421	ADMINISTRACOES PUBLICAS	-8.619.293,07	-9.007.365,17	-388.072,10	5%
74211	ORCAMENTO DO ESTADO	-8.485.676,46	-8.915.746,41	-430.069,95	5%
742111	TRANSFERENCIAS CORRENTES	-7.667.362,46	-8.061.731,41	-394.368,95	5%
742112	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	-818.314,00	-854.015,00	-35.701,00	4%
74212	FUNDOS E SERVICOS AUTONOMOS	-133.616,61	-91.618,76	41.997,85	-31%



2. Trabalho Efetuado

Procedemos à análise dos subsídios contabilizados nesta rubrica e efetuámos a comparação dos valores constantes da comunicação oficial enviada pela DGAL, com a discriminação da participação do Município nos impostos do Estado – 2015 (FEF, FSM, IRS) com o que constava registado na contabilidade.

3. Situações Detetadas

Através do quadro mencionado anteriormente podemos verificar que o valor global desta rubrica registou um acréscimo de 5% comparativamente a igual período do exercício anterior. A rubrica que mais contribuiu para este aumento foi “transferências do Orçamento de Estado” com um aumento no valor de € 430.069,95 (5%). De salientar que as transferências correntes aumentaram 5% enquanto as transferências de capital aumentaram 4%.

75 – Trabalhos para a Própria Entidade

1. Conteúdo

A rubrica “trabalhos para a própria entidade” não consta nas contas do Município.

2. Trabalho Efetuado

Procedemos à elaboração e análise do controlo interno, nomeadamente no que respeita às obras realizadas por administração directa.

3. Situações Detetadas

Salientamos o facto de o Município ter realizado trabalhos através de meios próprios, ou seja, por administração directa e não ter utilizado esta rubrica para reconhecer o proveito correlacionado com a construção e/ou beneficiação de ativos através de meios próprios (recursos materiais e humanos), o que acabou por se traduzir numa subavaliação do resultado e numa omissão dos ativos em igual valor. Não nos foi possível determinar tais diferenças pela impossibilidade de quantificação dos ativos construídos pelo Município através dos seus próprios meios e por o Município não dispor de um sistema de contabilidade analítica, tal como está previsto no ponto 2.8.3. do POCAL.

78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	-632.334,66	-658.162,52	-25.627,86	4%
781	JUROS OBTIDOS	-17.154,36	-11.395,64	5.758,72	-34%
783	RENDIMENTOS DE IMOVEIS	-615.380,30	-646.766,88	-31.386,58	5%



2. Trabalho Efetuado

Procedemos à realização do teste à variação de proveitos e à evolução dos saldos e verificámos as principais rubricas através da análise documental.

3. Situações Detetadas

Comparativamente ao período homólogo esta rubrica apresenta uma variação positiva de € 25.627,86.

De salientar que os rendimentos de imóveis (edifícios, habitações sociais, quiosques, lojas no mercado e taxa de disponibilidade) apesar de adequadamente classificados nesta rubrica estão em dissonância com os ativos que lhes dão origem, já que esses ativos estão classificados em “imobilizado corpóreo”, quando deveriam estar relevados como “investimentos financeiros – imóveis de rendimento”.

79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

1. Conteúdo

Código das contas	Designação	Saldo		Desvios (€)	Desvios (%)
		31-12-2014	31-12-2015		
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	-425.315,53	-528.091,96	-102.776,43	24%
793	GANHOS EM EXISTENCIAS	-3.018,81	-171,24	2.847,57	-94%
795	BENEFICIOS DE PENALIDADES CONTRATUAIS	-10.305,69	-9.053,04	1.252,65	-12%
797	CORRECOES RELATIVAS A EXERCICIOS ANTERIORES	-3.016,98	-37.289,85	-34.272,87	1136%
798	OUTROS PROVEITOS DE GANHOS EXTRAORDINARIOS	-408.974,05	-481.577,83	-72.603,78	18%

2. Trabalho Efetuado

Procedemos ao teste da variação de proveitos e à evolução dos saldos, através da verificação das principais rubricas.

3. Situações Detetadas

Esta rubrica é explicada, essencialmente, pela conta 79.8 – Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, a qual se deve, ao reconhecimento dos proveitos relacionados com as obras financiadas, como reconhecimento do rédito correspondente ao processo das amortizações sistemáticas desses bens e a venda da escola primária e jardim de infância na aldeia de Espinhoso.

3.4. Identificação de desvios entre os documentos do encerramento das contas

Relativamente a este ponto não detectamos qualquer tipo de desvio substancialmente relevante.

3.5. Acontecimentos Subsequentes

Relativamente à ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura chamamos a atenção para as seguintes situações:

- O Município adquiriu duas quotas na sociedade Carnes de Vinhais passando a deter a maioria do capital, na sequência de estudo prévio e de parecer favorável do Tribunal de Contas. Tal situação fará com que a empresa passe a ser enquadrada pela Lei n.º 50/2012, ou seja, passe a ser uma empresa do setor empresarial local e, nessa medida, a integrar o perímetro de consolidação das contas municipais, nos termos previsto na Lei n.º 73/2013.
- O Município abriu um procedimento de consulta para contracção de um empréstimo de longo prazo (12 anos) no valor de € 2.573.725,00 destinado a obras. O Município tem uma margem de endividamento para o ano de 2016 de € 11.158.995,00, condicionada a uma progressão limite de € 2.863.275,00 no cumprimento do previsto na Lei n.º 73/2013.

3.6. Cumprimento das metas orçamentais

Os quadros seguintes evidenciam o conteúdo dos agregados da receita e da despesa:

Análise da Execução da Despesa

Corrente	DESPESA			
	Valores			
	Orçado	Pago	Varição	%
01-Despesa com pessoal	3.514.731,00	3.301.786,34	-212.944,66	-6,06%
02-Aquisição de bens e serviços	3.903.992,00	3.454.353,57	-449.638,43	-11,52%
03-Juros e outros encargos	46.307,00	29.895,27	-16.411,73	-35,44%
04-Transferencias correntes	1.174.155,00	1.145.063,71	-29.091,29	-2,48%
05-Subsídios	409.000,00	399.329,71	-9.670,29	-2,36%
06-Outras despesas correntes	87.000,00	75.549,84	-11.450,16	-13,15%
	9.135.185,00	8.405.978,44	-729.206,56	-7,98%
Capital				
07-Aquisições de bens de capital	4.314.500,00	2.281.699,84	-2.032.800,16	-47,12%
08-Transferencias e capital	1.008.119,18	968.841,02	-39.278,16	-3,90%
09-Activos financeiros	127.494,00	116.894,00	-10.600,00	-8,31%
10-Amortização empréstimos	338.179,00	338.128,96	-50,04	-0,01%
11- Outras despesas de capital	15.000,00	9.072,40	-5.927,60	-39,52%
	5.803.292,18	3.714.636,22	-2.088.655,96	-35,99%
Totais de Despesas	14.938.477,18	12.120.614,66	-2.817.862,52	-18,86%

Antunes 204



Como se pode apurar da análise do quadro supra as despesas correntes face ao orçamentado apresentam um desvio, para menos € 729.978,44, ou seja, 7,98%. A rubrica que maior peso teve na diminuição das despesas correntes foi a “02 – Aquisição de bens e serviços” com uma variação negativa de € 449.638,43 (11,52%).

Relativamente às despesas de Capital verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 2.088.655,96 (35,99%), tendo a rubrica “07 – Aquisições de bens de capital” apresentado uma variação para menos de € 2.032.800,16, sendo este o maior peso na diminuição global das despesas de capital.

Análise da Execução da Receita

RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Cobrado	variação	%
01- Impostos directos	641.821,00	673.668,44	31.847,44	4,96%
02- Impostos indirectos	16.693,00	15.555,63	-1.137,37	-6,81%
04- Taxas multa e penalidades	68.395,00	75.055,42	6.660,42	9,74%
05- Rendimentos propriedade	735.800,00	408.442,87	-327.357,13	-44,49%
06- Transferencias correntes	8.310.515,00	8.185.831,82	-124.683,18	-1,50%
07- Vendas de bens e serviços	547.141,00	580.246,19	33.105,19	6,05%
08- Outras receitas correntes	75.543,00	85.523,25	9.980,25	13,21%
	10.395.908,00	10.024.323,62	-371.584,38	-3,57%
Capital				
09- Venda de bens de investimento	100.012,00	79.734,70	-20.277,30	-20,27%
10- Transferencias de capital	4.031.768,00	2.382.993,83	-1.648.774,17	-40,89%
11 - Activos Financeiros	64.400,00	0,00	-64.400,00	-100,00%
12- Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
13- Outras Receitas de Capital	500,00	9.705,63	9.205,63	1841,13%
Receitas de capital	4.196.680,00	2.472.434,16	-1.724.245,84	-41,09%
15- Outras receitas	500,00	14.784,05	14.284,05	
	4.197.180,00	2.487.218,21	-1.709.961,79	-40,74%
16- saldo gerencia anterior	345.389,18	345.389,18		
	14.938.477,18	12.856.931,01	-2.081.546,17	-13,93%
Saído gerencia seguinte				
	736.316,35			

Relativamente às receitas correntes verifica-se uma diminuição face ao orçamentado no valor de € 371.584,38 (3,57%). A rubrica que maior peso teve na diminuição das receitas correntes foi “05 – Rendimentos propriedades” com uma variação negativa de € 327.357,13.

Ao nível das receitas de capital verifica-se um decréscimo face ao orçamentado de € 1.709.961,79, tendo a “10 – Transferência de capital” diminuído € 1.648.774,17.



3.7. Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de Dezembro de 2015 a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:

Rubricas	Valores Absolutos		Prev/Exec
	Previsão	Execução	%
1 - Saldo Inicial	345.389,18	345.389,18	100,00%
2 - Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	#DIV/0!
3 - Receita Corrente	10.395.908,00	10.024.323,62	96,43%
4 - Despesa Corrente	9.135.185,00	8.405.978,44	92,02%
5 - Receita de Capital	4.197.180,00	2.487.218,21	59,26%
6 - Despesa de Capital	5.803.292,18	3.714.636,22	64,01%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	14.938.477,18	12.856.931,01	86,07%
8 - Depesa Total (4+6)	14.938.477,18	12.120.614,66	81,14%

Do quadro acima verifica-se que a execução orçamental não põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi superior à despesa corrente do mesmo período.

Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas de capital ficou aquém do orçamentado, com uma execução de apenas 59,26%.

Relativamente ao controlo orçamental da despesa verifica-se um desvio negativo de 18,86%, pelo facto de ter sido baixa a execução da despesa de capital situando-se nos 64,01%.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global relativa ao exercício foi baixa, o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental ficou aquém das projecções da despesa e da receita plasmadas no orçamento de 2015.

Receita Corrente/Despesa Corrente	Previsão	Execução	%
a. Receita Corrente	10.395.908,00	10.024.323,62	96,43%
b. Despesa Corrente	9.135.185,00	8.405.978,44	92,02%
c. Amortizações Médias de Emprést. MLP	0,00	210.827,58	#DIV/0!
Saldo (a-b-c)	1.260.723,00	1.407.517,60	111,64%
5% da Receita Corrente	519.795,40	501.216,18	96,43%
Saldo < ou = a majoração de 5% Receita Corrente		NÃO	
Saldo > que a majoração de 5% Receita Corrente		Equilíbrio Orçamental	

Assinatura 2015



3.8. Fundos Disponíveis

Da análise efetuada aos mapas de Fundos Disponíveis enviados para a DGAL através da plataforma do portal Autárquico – SIAL, verificamos que o Município mantém uma situação estabilizada, uma vez que, no mês de Dezembro tinha como Fundos Disponíveis iniciais o montante de € 1.619.891,64, o que demonstra uma situação de equilíbrio e de folga financeira. Dos testes realizados não detetámos a assunção de compromissos sem fundos disponíveis cumprindo o disposto na alínea f) do art.º 3º e art.º 5º da Lei 8/2012 de 21/2.

FUNDOS DISPONIVEIS

(valores em Euros)

Teste aos Fundos Disponíveis SIAL vs POCAL

Mês	Dados Extraídos do SIAL	Dados Extraídos do POCAL	Diferença SIAL vs POCAL
Janeiro	3.221.405,26	3.221.405,26	-
Fevereiro	805.000,80	805.000,80	-
Março	1.215.316,59	1.215.316,59	-
Abril	801.061,32	801.061,32	-
Maio	1.040.335,42	1.040.335,42	-
Junho	964.469,75	964.469,75	-
Julho	1.304.711,92	1.304.711,92	-
Agosto	892.606,34	892.606,34	-
Setembro	1.282.568,24	1.282.568,24	-
Outubro	965.737,33	965.737,33	-
Novembro	1.257.211,46	1.257.211,46	-
Dezembro	1.619.891,64	1.619.891,64	-

3.9. E-fatura vs POCAL

24 - Estado

(valores em Euros)

243 - Imposto sobre o Valor Acrescentado

Teste a correlação entre dados comunicados via E-fatura vs Declarações periódicas de IVA

Dados E-fatura			Declaração Periódica de IVA				Desvio	
Período	Valor do IVA	Valor Total	Período	Valor do IVA	Base	Valor Total	IVA	Valor Total
Janeiro	2.009,06	144.545,78	1º Trimestre	8.629,54	102.113,17	110.742,71	1.434,90	255.581,78
Fevereiro	2.562,95	79.833,49						
Março	2.622,63	141.945,22						
Abril	2.674,52	49.790,39	2º Trimestre	14.100,52	183.435,14	197.535,66	5.950,79	57.516,30
Maio	3.005,72	58.231,85						
Junho	2.469,49	147.029,71						
Julho	3.754,09	59.470,03	3º Trimestre	36.113,73	546.457,44	582.571,17	23.978,21	296.918,81
Agosto	5.178,23	70.293,61						
Setembro	3.203,20	155.888,72						
Outubro	3.112,48	58.265,43	4º Trimestre	10.598,31	125.488,67	136.086,98	972,21	25.370,47
Novembro	3.601,91	54.433,64						
Dezembro	2.911,71	48.758,38						
	37.105,99	1.068.486,26		69.442,10	957.494,42	1.026.936,52	32.336,11	41.549,74

Dos testes de correlação entre as declarações periódicas de IVA e a informação reportada via E-fatura para Autoridade Tributária verificámos as diferenças mencionadas no quadro anterior. Pese embora, em termos de IVA liquidado as diferenças sejam de reduzido valor, sendo explicada pelas notas de crédito/débito e faturas com “IVA autoliquidação” e que não nos foi possível aferir no mapa do e-fatura, já em relação aos montantes faturados as diferenças são de elevado valor. Note-se que as declarações de IVA deverão ser preenchidas com toda a informação referente a todos os atos tributários (sujeitas, isentas ou não tributadas).

3.10. Análise económico-financeira

No quadro abaixo é possível verificar a variação dos custos e dos proveitos no período de 2014/2015:

Rubricas	Descrição	31-12-2014	31-12-2015	Desvio €	Varição %
71	VENDAS E PRESTACAO DE SERVICOS	312.575,56	343.474,07	30.898,51	10%
72	IMPOSTOS E TAXAS	747.071,92	757.071,34	9.999,42	1%
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	28.231,00	25.732,07	-2.498,93	-9%
74	TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS CORRENTES OBTIDOS	8.619.293,07	9.007.365,17	388.072,10	5%
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	632.534,66	658.162,52	25.627,86	4%
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	425.315,53	528.091,96	102.776,43	24%
	Total dos Proveitos	10.765.021,74	11.319.897,13	554.875,39	5%
61	CMVMC	365.266,39	290.004,59	-75.261,80	-21%
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	3.005.482,56	3.177.081,71	171.599,15	6%
63	TRANSFER. E SUBCIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	1.321.728,89	1.469.376,72	147.647,83	11%
64	CUSTOS COM O PESSOAL	3.353.273,85	3.179.212,59	-174.061,26	-5%
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	82.414,20	80.348,90	-2.065,30	-3%
66	AMORTIZACOES DO EXERCICIO	1.833.958,50	1.877.206,86	43.248,36	2%
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	-	-	-	-
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	35.127,57	73.256,16	38.128,59	109%
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	995.378,99	1.061.515,87	66.136,88	7%
	Total dos Custos	10.992.630,95	11.208.003,40	215.372,45	2%
	Proveito - Custos	227.609,21	111.893,73	339.502,94	-149%

Legenda: os valores com sinal (-) são os proveitos (saldo credor) e com sinal (+) são os custos (saldo devedor).

Da análise ao quadro anterior ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2014 o Município registou um aumento de 5% no total dos proveitos e de 2% no total dos custos;



- As rubricas de “Transferências e subsídios correntes obtidos” e “Proveitos e ganhos extraordinários” apresentaram a maior variação no total dos proveitos, o que correspondeu a um aumento de € 388.072,10 e € 102.776,43, respetivamente;
- A diminuição dos custos deveu-se, essencialmente, ao decréscimo das rubricas “CMVMC”, e “Custos com pessoal”, que apresentaram uma variação de € 75.261,80 e € 174.061,26.
- Em síntese, verificámos que o Município apresenta um equilíbrio ao nível do seu desempenho económico, uma vez que o aumento dos custos (€ 215.372,45) foi inferior ao acréscimo dos proveitos (€ 554.875,39), originando um resultado líquido do exercício positivo em € 215.372,45; e
- É, ainda, de relevar que o facto de o Município não reconhecer os trabalhos para a própria entidade (realização de obras por administração directa) como proveitos, na parte de incorporação dos outros factores que não sejam materiais, se traduz numa subvalorização dos resultados.

Conclusões

4 No decorrer do trabalho efetuado não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, com exceção do já mencionado anteriormente, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Vinhais, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual do Auditor Externo, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade, para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Câmara Municipal e designadamente do pessoal da Divisão Administrativa e Financeira.

Bragança, 13 de Abril de 2016

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC nº 1047
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, L.da

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do "Município de Vinhais, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, que evidencia um total de € 40.585.117, um total de Fundos Próprios de € 21.137.410, incluindo um resultado líquido de € 111.894, a Demonstração dos Resultados do exercício findo naquela data, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Controlo Orçamental, o qual inclui um total de receita cobrada de € 12.856.931 e um total de despesa paga de € 12.120.615, o Mapa do Plano Plurianual de Investimentos e o Mapa de Operações de Tesouraria, todos documentos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Executivo Municipal (Câmara Municipal) a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município e o resultado das suas operações e dos fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos números 7 a 11 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas
 - em juízos e critérios definidos pelo Executivo Municipal, utilizados na sua preparação;

[Handwritten signature]
[Handwritten date: 2017]

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

Reservas

7. Não obstante o ponto 2.8.3 do POCAL estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, o mesmo ainda não se encontra implementado inviabilizando o apuramento dos custos pelo seu destino, da maior importância para a valorização de obras executadas por administração directa e para a verificação da razoabilidade do valor das taxas.
8. Nos activos produzidos, construídos ou valorizados por Administração directa (executados com meios do Município) somente são afectos à sua valorização os consumos de existências não lhes sendo imputados os consumos de mão-de-obra, equipamentos e os outros gastos gerais que são suportados. Tal facto subvaloriza o valor desses activos e dos resultados e influencia a classificação da Despesa (corrente vs capital). Por não existir um sistema de contabilidade analítica que identifique o destino dos custos e também por não ser possível a sua determinação com base nos elementos disponíveis não estamos em condições de nos pronunciar sobre o valor efectivo desses bens.
9. Pelo facto de o Município ainda não ter procedido à inventariação e valorização dos bens do domínio público edificados anteriormente a 2003 não é possível estimar o seu valor o que se repercute numa subvalorização do património e dos fundos próprios.
10. O bairro social entregue ao Município, do ex- Fundo de Fomento de Habitação não se encontra valorizado o que se traduz numa subvalorização do activo e dos Fundos Próprios num montante que não nos foi possível estimar.
11. O Apesar de termos pedido ao jurista informação sobre a eventual existência de processos judiciais contra a Câmara, pelo facto de não termos obtido resposta não estamos em condições de nos pronunciar sobre a eventual existência de responsabilidades contingentes não relevadas.

12. Subsiste divergência entre a conta corrente apresentada pela sociedade “Águas de Trás os Montes e Alto Douro” e a conta corrente do Município referente à mesma entidade e às mesmas operações. Tal divergência, no valor de € 631.898,04, é decorrente da não aceitação pelo Município dos valores constantes nas faturas emitidas pela sociedade supra referida. Todavia, o Município não procedeu à devolução de qualquer fatura, apesar de não as ter registado pelo valor nelas constante. Advertimos que, em observância do prescrito na alínea f) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 (Lei dos Compromissos), o diferencial do valor não reconhecido como dívida pode vir a ser considerado como dívida vencida a mais de 90 dias.

Opinião

13. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos números 7 a 11 acima e o efeito descrito no parágrafo n.º 12, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Vinhais** em 31 de Dezembro de 2015 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Relato sobre Outros Requisitos Legais

14. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

15. Sem modificarmos a opinião expressa no parágrafo número 13 acima, chamamos a atenção para os seguintes factos:
- 15.1. A cedência de contentores do lixo à sociedade CESP A não tem sido objecto de qualquer contrato que obrigue a empresa concessionária a, no final do período de concessão/exploração, os devolver em perfeitas condições de uso e utilização.
- 15.2. O Município adquiriu duas quotas na sociedade Carnes de Vinhais passando a deter a maioria do capital, tendo obtido o visto do Tribunal de Contas para o efeito. Tal situação fará com que a empresa passe a ser enquadrada pela Lei n.º 50/2012, ou seja, passe a ser uma empresa do setor empresarial local e, nessa medida, a integrar o perímetro de consolidação das contas municipais, nos termos previsto na Lei n.º 73/2013.

Fernando Peixinho & José Lima
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

15.3. O Município abriu um procedimento de consulta para contratação de um empréstimo de longo prazo (12 anos) no valor de € 2.573.725,00 destinado a obras. O Município tem uma margem de endividamento para o ano de 2016 de € 11.158.995,00, condicionada a uma progressão limite de € 2.863.275,00 no cumprimento do previsto na Lei n.º 73/2013.

Bragança, 13 de Abril de 2016



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues - (R.O.C. n.º 1047)
Em representação da. Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C. n.º 92

4